
Boaventura de Sousa Santos,
*Pela Mão de Alice:
O Social e o Político na
Pós-Modernidade*,
São Paulo, Cortez Editora, 1995,
348 pp.; 2.^a edição, 1996

Pós-moderno, por que não?

Boaventura de Sousa Santos pensa que é inútil convocar as promessas da modernidade para abrir os caminhos democráticos e emancipatórios da crise contemporânea deste final de século. Pois não se trata, a seu ver, de «mais uma» crise do mundo moderno. A tragédia real dos tempos que correm é feita de uma simultânea crise dos processos de regulação social e de seu possível potencial emancipador, incluindo-se aí as formas consagradas de se conceber e pensar a sua tensão no interior das categorias da modernidade.

É esta simultaneidade que desenha uma crise de exaustão do paradigma moderno, incapaz de regenerar-se a partir de seus próprios pilares. Para Boaventura, à medida que a trajetória da modernidade se identificou com a trajetória do capitalismo, a regulação encapsulou seu lado emancipatório. Concretamente, isto quer dizer que as soluções de compromisso já experimentadas historicamente entre Estado, mercado e comunidade — e suas correspondentes racionalidades (do direito moderno, da ciência e técnicas modernas e das artes e literatura modernas) — colapsaram variavelmente em um oceano de irra-

cionalidades acumuladas, do qual são testemunhas a degradação ambiental, o aumento da população e as disparidades e desigualdades entre o centro e periferia, a miséria e a fome que convivem com a abundância, as guerras étnicas e religiosas, a dependência do indivíduo em relação ao consumo mercantil, os modos selvagens de destituição dos direitos no mercado de trabalho — a lista é enorme, como sabemos.

Ponto por ponto, este conjunto de questões é detalhadamente analisado nos dez ensaios que compõem o livro, em uma trajetória onde o reconhecimento feito das maravilhas, das tragédias e dos espelhos da modernidade decididamente não pode levar Alice de volta ao apaziguamento do conhecimento moderno. Pelo contrário, o autor joga-se na aventura de construir, para as ciências humanas, um espaço onde novas formas de pensar o conhecimento e a ação possam abrir caminho para a invenção de alternativas cognitivas, políticas e subjetivas no contexto contemporâneo. Utopia? Sem dúvida, responde o autor: diante do vazio do futuro, resta para nós perder o medo de reinventá-lo, para além da crítica às ambiguidades da modernidade — já feita à saciedade, segundo pensa.

Como traçar os caminhos dessa reinvenção? Boaventura explora o «capitalismo desorganizado» de hoje, onde o funcionamento do princípio do mercado confina o Estado e deslegitima as formas de sociabilidade já antes propostas tanto pela fase liberal quanto pela fase organizada do capitalismo. Mas este mesmo movimento desoculta outras sociabilidades, práticas e culturais que a modernidade subalternizou,

excluiu, marginalizou ou tornou ilegal, revelando-as, ao mesmo tempo, como espaços politizados (basicamente pelos movimentos sociais contemporâneos).

São o espaço doméstico, o da produção, o da cidadania, o espaço mundial, cada um deles constituindo um feixe de relações sociais que, conectando-se em suas várias interfaces pela ação política, rompem com seu lugar privado, amorfo e meramente interativo que o campo político institucional lhes havia designado. Em conjunto, tornam visível uma multiculturalidade atuante que se torna capaz, no tempo, de identificar relações de poder e imaginar formas de transformá-las em relações de autoridade partilhada. Nos ensaios mais fortes do livro, Boaventura de Sousa Santos detém-se em «testar» esta hipótese em campos institucionais cruciais, como o são o judiciário e os tribunais, a universidade, a cultura política de fronteira, os novos movimentos sociais, a mundialização da produção e da cidadania.

Não se trata, portanto, de um projeto romântico de recuperar as margens e colocá-las no centro. Não há aqui nenhuma nostálgia do pré-moderno, mas sim o cuidado de apontar para diferentes discursos e práticas identitárias que estão pelo mundo, em diversos contextos intersubjetivos, os quais — não mais hierarquizados por referência à ciência e à arte consagradas, ao poder jurídico-político estatal e às formas de sociabilidade consensuais — podem constituir-se como diferentes formas de poder social em negociação e conflito permanente, de tal forma que o poder reaparece em sua natureza política como combinação entre várias e distintas formas efetivamente exercidas de conhecimento e ação.

Reconhecer que estes campos de negociação e conflito multiculturais podem formar um «novo senso comum político», como quer o autor, implica simultaneamente em reconhecer que a atual desregulação global da vida não encontra saída no

fortalecimento do princípio único do Estado, mas no seu (relativo) descentramento. Nem esta saída está na predominância do mercado ou da comunidade, incapazes por si só de garantir uma regulação social que não seja fragmentada e dispersa. Qualquer tentativa em reabilitar a hierarquia destes princípios, para o autor, não poderia deter o empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades do conhecimento e das práticas modernas, pois isto suporia refazer a hierarquização dos saberes a partir de sua própria pretensão de verdade e portanto reporia o bloqueio à possibilidade de pensar alternativas que contestassem as práticas hegemônicas.

Assim, por paradoxal que pareça e por mais que torçamos o nariz com a designação deste espaço como «pós-modernidade» («um perfil descortinável, ainda sem nome, e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade», diz Boaventura no início do livro), reconhecer várias formas de conhecimento e as práticas que as sustentam para incorporá-las em uma relação horizontal, não relativista, argumentativa, com outros conhecimentos constitui uma posição especial para este projeto: é uma análise que se constrói temporalmente, que recusa o império da fragmentação e dispersão, que não substitui sem mais os objetos de reflexão sociológicos já consagrados, mas coloca-os num outro campo epistemológico e prático — o da contemporaneidade radical dos conhecimentos —, com tanta criatividade quanto o pode ser uma análise imersa nas práticas e nas culturas efetivamente exercidas por «comunidades interpretativas» distintas, não obstante o fato de que seu diálogo possa ser atravessado pela desigualdade e pelo poder.

Finalmente, deve ser ocioso, mas importante, dizer que ao longo destes ensaios, as ciências sociais são postas em foco exatamente pelo lado criativo, aberto, que está suposto na profusão de ideias de seu próprio método investigativo e em seu profundo compromisso com o campo demo-

crático contemporâneo. Isto é muito mais importante do que qualquer rótulo que se aplique ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos. Por isso não há, neste livro, uma nova teorização da realidade nem o abandono de sua busca. Pois o que aprendemos, sobretudo, é menos uma cartografia das questões contemporâneas do que a liberdade de um viajante cujo olhar não tem medo de transgredir consensos teóricos para imaginar, num diálogo ousado, um mundo mais democrático.

María Célia Paoli

A esquerda busca uma saída

Em sua recente palestra no *Jornal do Brasil*, o sociólogo português Boaventura Santos recordava como nas palavras de Sartre «uma idéia antes de ser realizada se parece estranhamente com a utopia». Contra esse reducionismo — não apenas da imaginação, mas das vias de superação da crise contemporânea — seu livro é uma inesgotável fonte de possibilidades para os que desejam pensar e lutar por vias democráticas de passagem da modernidade para o seu futuro.

Hans Magnus Enzensberger se perguntava recentemente como Portugal, sendo um dos países menos desenvolvidos da Europa, é capaz de tanta utopia, o que faz dele uma grande potência numa «Europa dos desejos»? Para nós brasileiros o pensamento contemporâneo português é um vazio, mais que uma interrogação, porque nem sequer nos interrogamos sobre o que ele possa ser, de tal forma nossos horizontes — condicionados fortemente pelos modismos editoriais insaciáveis — passem por outras latitudes.

E no entanto, o mais inovador do pensamento social contemporâneo nos vem de Portugal. Boaventura Santos afirma que o exotismo atribuído a seu país é produto do

desconhecimento, que se refugia no exotismo de forma cômoda. *Pela mão de Alice* nos leva a um itinerário pelas perplexidades da crise civilizatória atual, começando pelos maiores desafios à nossa capacidade de compreensão.

O primeiro deles consiste em que, num mundo em que os problemas mais agudos continuam a ser de natureza econômica, o pensamento social passou a desvalorizar o econômico em favor do cultural e do simbólico. Em seguida, o fato da mundialização econômica se dar paralelamente à permanência do espaço nacional — estatal —, como aquele em que as decisões se dão. Por outro lado, se se dá o o regresso do indivíduo, este parece hoje em dia menos individual do que nunca, sua vida nunca foi tão pública, sua liberdade de expressão nunca foi tão inaudível, sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes dele.

Por outro lado, se a democracia generaliza-se, incorpora-se ao senso comum, nunca ela esteve tão em crise, com o conformismo, o abstencionismo, a apatia política; «a democracia e o liberalismo econômico foram sempre má companhia um para o outro. Quando o liberalismo econômico prosperou, a democracia sofreu e vice-versa». Finalmente, quando se intensifica a interdependência transnacional, assiste-se a um desabrochar de novas identidades locais, numa revalorização do direito às raízes.

Em lugar de descansar sobre as perplexidades e fazer malabarismos de estilo que alimentam tantos cronistas do cotidiano, Boaventura se lança a abordar as raízes dos novos desafios. Inicialmente ele passa por um necessário balanço do que resgatar do marxismo, primeira visão crítica da modernidade capitalista. Seu balanço sintetiza as polémicas e tendências dessa corrente, desde o final do século passado até desembocar nos anos 90, localizando os principais debates que o permeiam: sobre os processos de regulação social, sobre os

processos de formação e de estruturação das classes, sobre a primazia ou não da economia, sobre a natureza das transformações culturais e sobre a avaliação do desempenho dos partidos de esquerda e do movimento operário.

O tema central do livro é o do esgotamento da modernidade, conforme ela ficou reduzida às suas dimensões capitalistas. O projeto da modernidade era demasiado ambicioso e contraditório, condenando-se inevitavelmente a um saldo deficitário. Do capitalismo liberal do século 19, passando pela idade positiva de Comte até chegar aos anos sessenta — do capitalismo organizado ao capitalismo desorganizado, constatava-se que o déficit do mundo é irremediável dentro do projeto da modernidade. O que falta na modernidade não pode ser concluído em termos modernos, sob risco de sermos presos à armadilha que ela nos preparou: a transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias. Daí a crise de paradigmas, que requer a redefinição desses elementos.

O melhor exemplo desse déficit está na redução dos espaços democráticos às formas institucionais previstas pelo liberalismo. Boaventura distingue quatro espaços estruturais: o doméstico, o da produção, o da cidadania e o mundial. O primeiro é o das relações familiares, em que o mecanismo de dominação é o patriarcado; o segundo abrange as relações de classe, tem seu *locus* na empresa e se articula em termos da exploração do trabalho; o terceiro, o espaço da cidadania, gira em torno do Estado, onde o mecanismo de poder é a dominação e, por último, o espaço mundial, em que as formas de dominação se dão em torno da troca desigual. Todas as esferas requerem formas específicas de democratização, ampliando seus horizontes e transformando-a num processo de construção sem fim.

Uma das características da constelação ideológica do final de século, no entanto, é a reafirmação da subjetividade em detri-

mento da cidadania e de ambas em detrimento da emancipação. Isto se corresponde com a revalorização do princípio do mercado, fazendo com que a aspiração à autonomia e à criatividade seja transmutada — e cooptada — pelo capital em privacidade, dessocialização e narcisismo e a uma subjetividade sem cidadania.

O horizonte para o qual aponta Boaventura é ambicioso, mas aparece como o único para cumprir com as promessas abandonadas pela modernidade capitalista: uma nova teoria da democracia que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova teoria da subjetividade que permita reconstruir o conceito do sujeito e uma nova teoria da emancipação como decorrência delas. À ambição e ao caráter aparentemente utópico do projeto, Boaventura responde quando a esquerda foi realmente revolucionária, foi quando defendeu um projeto civilizatório global. A esquerda foi um fator de renovação radical, quando defendeu um projeto civilizatório global. Que, «antes de ser realizado, se parece estranhamente com a utopia».

Emir Sader

Steven Fraser (org.), *The Bell Curve Wars: Race, Intelligence, and the Future of America*. Nova Iorque, Basic Books, 1995, viii+216 pp.

Em 1994, Richard Herrnstein, um psicólogo de Harvard, e o seu colaborador Charles Murray publicavam *The Bell Curve*, um livro que, pelo seu objecto — o tema da desigualdade na sociedade americana e da sua relação com a inteligência —, e graças à campanha de promoção de que foi alvo, rapidamente se tornou um foco de acesa discussão nos Estados Unidos. A frequente proclamação, pelos autores, da sua «cora-

gem» em escrever sobre um tema «proibido» pelo decoro e pela «correção política» contribuiu para o aumento de uma aura «subversiva» conferida ao livro.

Após o falecimento de Herrnstein, Murray multiplicou-se em intervenções públicas em defesa das teses centrais do livro — que, aliás, retomam argumentos que cada um dos autores havia já elaborado e publicado separadamente — e que se podem resumir da seguinte maneira: a sociedade americana tende a polarizar-se entre, por um lado, uma elite cognitiva, caracterizada por elevados índices de QI (quociente intelectual), medidos através de testes-padrão, e que se correlacionam positivamente com medidas de sucesso profissional, riqueza e bem-estar, e, por outro, uma «cognitive underclass», constituída por excluídos, dependentes da Segurança Social, mães solteiras, criminosos, toxicodependentes, todos tendo em comum baixos índices de QI. Ao longo do livro, os autores procuram mostrar que existe um factor comum que explica as desigualdades e o insucesso, que é a inteligência, medida pelo QI; que a inteligência é, predominantemente, herdada, o que leva a que as tentativas de intervenção, através de programas sociais, para modificar as condições ligadas ao meio social que, segundo alguns, estariam na origem desse baixo QI, estejam inevitavelmente votadas ao insucesso; que essa desigualdade se verifica não só entre indivíduos da mesma origem étnica pertencentes a classes diferentes, mas entre indivíduos de origem étnica diferente, sendo particularmente acentuada entre os brancos e os asiáticos, por um lado, e os negros, por outro; que, por conseguinte, são fortes as probabilidades de que as diferenças de QI tenham uma origem genética, tornando assim naturais e inevitáveis as desigualdades. Daqui decorre um diagnóstico sombrio do futuro da sociedade americana, traçando a alternativa entre, por um lado, um futuro apocalíptico consubstanciado no que designam por «custodial society», uma

espécie de versão «high-tech» e «fim-de-século» das reservas a que foram confinados os nativos americanos, e, por outro, uma sociedade que, tomando como modelo as comunidades locais que ocupam um lugar privilegiado no imaginário da sociedade americana, permitiria que cada um, independentemente do seu nível de inteligência e das suas capacidades, pudesse realizar tarefas úteis, reconhecidas como tais e compatíveis com a sua inteligência e capacidades. As sugestões imediatas, em termos de política social, evocam um sentido de *déjà vu*: acabar com os programas de assistência que encorajam a dependência e a reprodução de classes e de grupos «inferiores», através, por exemplo, do corte da assistência a mães solteiras e da generalização de medidas de contracepção dirigidas a essas classes e grupos, dado que estes tendem a reproduzir-se mais do que os grupos caracterizados por índices superiores de QI, e o controlo da emigração, a fim de impedir o aumento da proporção de grupos «naturalmente» inferiores.

Apesar dos frequentes protestos dos autores, ao longo do livro, e, em particular, de Murray, nas suas intervenções e escritos posteriores à publicação deste, a defesa de uma inferioridade «natural» dos negros e, em geral, de membros da «underclass», baseada nos baixos índices de QI emerge, de maneira clara, como a principal contribuição de *The Bell Curve* para a tentativa de revitalização de velhas ideias associadas ao «racismo científico» e ao eugenismo, que tiveram grande voga e estiveram na base, inclusive, de medidas, adoptadas nas primeiras décadas do século, de restrições à imigração e de controlo da população — através, nomeadamente, da esterilização forçada de membros de grupos considerados «anti-sociais». Estas medidas vão de par com a defesa de uma espécie de discriminação positiva em favor dos mais inteligentes, através da canalização, para estes, dos recursos — educacionais e outros — que, presentemente, esta-

riam a ser desperdiçados com os congenitamente incapazes de deles beneficiar¹.

Como facilmente se depreende deste breve resumo, o livro toca num conjunto de temas «quentes» da sociedade americana, que cada vez mais tendem a tornar-se problemas centrais de outras sociedades, acompanhando os processos de globalização económica e cultural — temas como o crescimento das desigualdades entre regiões do globo, entre sociedades nacionais e no interior dessas sociedades, o racismo e a xenofobia ou a desarticulação de formas de solidariedade social e de devolução do risco. Mas o modo como esses temas são tratados e o programa político que lhe está subjacente — e que, em grande medida, não é explicitado, dado que, como notaram muitos críticos, Herrnstein e Murray evitam, ao longo do livro, assumir de forma clara as implicações das suas teses no plano político, preferindo sugerir essas implicações como consequências racionais de uma argumentação que invoca a autoridade da ciência — não são novos, aparecendo, antes, como uma tentativa de conferir respeitabilidade científica e intelectual a teorias que há muito foram desacreditadas e cuja ressonância, hoje, está ligada à emergência de novas correntes conservadoras que abraçam abertamente a defesa da desigualdade como condição natural e da inferioridade biológica de certas populações e grupos étnicos — o princípio de que «biology is destiny».

¹ Recentemente, o debate conheceu um novo desenvolvimento, quando a comissão encarregada dos aspectos sociais, jurídicos e éticos da Iniciativa do Genoma Humano se pronunciou publicamente contra o modo como *The Bell Curve* representaria uma forma abusiva de utilização da referência à investigação genética para justificar a redução ou eliminação de programas de política social, suscitando uma resposta da entidade financiadora do livro, o conservador American Enterprise Institute, negando a acusação.

Um dos aspectos mais surpreendentes do livro e do impacto público que gerou a sua publicação é, precisamente, o retomar, praticamente nos mesmos termos, mas recorrendo a informação empírica actualizada, de argumentos que, desde há décadas, foram objecto de uma crítica científica demolidora. Daí que o debate em torno de *The Bell Curve* seja uma ocasião privilegiada para examinar as controvérsias públicas em torno de temas politicamente «quentes» e os usos da argumentação científica nessas controvérsias.

The Bell Curve Wars reúne dezanove ensaios, a maior parte deles originalmente publicados na revista *The New Republic* e revistos para republicação, da autoria de biólogos, psicólogos, cientistas políticos, historiadores, especialistas de literatura, sociólogos, juristas e jornalistas, tais como Stephen Jay Gould, Howard Gardner, Richard Nisbett, Charles Lane, Jeffrey Rosen, Dante Ramos, Thomas Sowell, Jacqueline Jones, Henry Louis Gates, Jr., Andrew Hacker, Alan Wolfe, John B. Judis, Mickey Kaus, Nathan Glazer, Martin Peretz, Leon Wieseltier, Hugh Pearson, Michael Lind, Randall Kennedy e Orlando Patterson. O leque de posições representado abrange uma boa parte do espectro político americano, como o revelam, por exemplo, as caracterizações do conservador Thomas Sowell — segundo o qual «*The Bell Curve* é um livro muito sóbrio, muito completo e muito honesto», incidindo sobre um assunto em relação ao qual essas três qualidades suscitam «brados de indignação» (p. 70) — e a posição oposta da historiadora Jacqueline Jones, para quem o livro, enquanto «artefacto dos finais do século XX», não passa de «hate literature with footnotes» (p. 93). Apesar da diversidade de contribuições, tanto no plano político como no plano disciplinar, todas dirigem críticas severas ao livro e a diferentes aspectos das suas teses, e nenhuma celebra incondicionalmente a obra de Herrnstein e Murray, chegando mesmo algumas a pôr em causa

abertamente a honestidade intelectual e a probidade científica dos autores e a denunciar a publicação e a promoção do livro como um acto comercial que procura tirar partido de uma atmosfera receptiva às ideias nele expressas (Michael Lind) e de um ambiente mediático propício à proliferação incontrolada da controvérsia, invocando o princípio da extensão da lógica do mercado ao domínio das ideias (Randall Kennedy)². Para além do conteúdo substantivo das apreciações a *The Bell Curve*, o conjunto das contribuições permite examinar vários modos de «enquadrar» ou de definir o «registo» em que o debate tem lugar — científico, político, filosófico, ético — e a relação que esse registo mantém com a forma particular de argumentação de cada autor, bem como o modo como diferentes registos são articulados numa mesma resposta crítica. Não é possível, aqui, explorar este aspecto com o pormenor e a atenção que mereceria, mas vale a pena, ainda que de maneira breve, referir os diferentes registos de crítica em que os vários autores respondem a *The Bell Curve*³.

Como observa o psicólogo Richard Nisbett (p. 36), *The Bell Curve* apresenta todos os sinais exteriores de uma obra científica, tais como o seu volume (mais de 800 páginas, no total), 100 páginas de estatísticas e 200 páginas de notas, o que conduz os leitores — tanto cientistas como leigos) a supor que «serão apresentadas provas importan-

tes pertinentes para um tema, que essas provas serão descritas com rigor, e que serão interpretadas de acordo com os cânones normais da ciência». Daí que seja importante avaliar o livro, em primeiro lugar, pela sua qualidade enquanto exemplar de investigação científica. Neste plano, as críticas de Stephen Jay Gould e dos psicólogos Howard Gardner e Nisbett são demolidoras. Nisbett nota, a propósito (p. 54), que os argumentos de Herrnstein e Smith, tal como aparecem no livro, não teriam resistido à prova da crítica dos pares em qualquer publicação especializada. As teses de Herrnstein e Murray assenta no ignorar da maior parte do trabalho recente sobre a inteligência no domínio da psicologia, num uso impróprio da inferência estatística, no recurso a pesos e medidas diferentes na avaliação do material empírico favorável ou desfavorável às teses dos autores, na inconsistência interna dos argumentos. Gould, em particular, e retomando aqui, no essencial, a crítica que havia feito aos antepassados intelectuais de Herrnstein e Murray em *The Mismeasure of Man* (1981), resume estas fraquezas em quatro pontos, que constituem os pilares da argumentação de Herrnstein e Murray: a ideia de que existe um indicador único, quantificado — o QI — que permite medir a inteligência, que esse indicador permite criar uma ordem única de hierarquização das pessoas, que a inteligência tem uma origem genética, e que ela é, fundamentalmente, imutável através de intervenções sobre o meio em que as pessoas vivem. Como observa Gould, a demonstração da falsidade de uma só destas premissas faz todo o argumento cair pela base (pp. 12-13). Os trabalhos de Howard Gardner permitiram, precisamente, mostrar a existência de uma pluralidade de inteligências, associadas a domínios de actividade diversos, e que são adquiridas e desenvolvidas através de processos de socialização. Não é possível estabelecer uma hierarquia única das pessoas na base dessas diferentes formas de inteligência, nem é possível sub-

² Na sua contribuição, Kennedy procede a um excelente trabalho de desmistificação da aura «heróica» e «subversiva» com que Murray, em particular, procurou promover *The Bell Curve*, lembrando os importantes apoios financeiros e institucionais de que gozou a sua publicação e promoção, em particular por parte do American Enterprise Institute (pp. 182-83).

³ Aqui, cabe uma crítica ao que me parece ser uma omissão que teria sido facilmente colmatada: a ausência dos textos mais importantes publicados por Charles Murray após a publicação de *The Bell Curve*, e que procuravam responder às primeiras reacções críticas ao livro.

sumi-las numa medida única. No respeitante ao uso das estatísticas, a crítica mais devastadora dirige-se ao modo como os autores confundem correlação e causalidade, e ao modo como atribuem uma importância indevida a correlações fracas. O uso do QI como indicador privilegiado é, ainda, criticado por Gould na base do seu enviesamento cultural, um aspecto de há muito conhecido, mas que Herrnstein e Smith negam, confundindo o enviesamento estatístico com o enviesamento «vernacular» — associado às diferenças culturais e sociais — e deduzindo, assim, que a demonstração da ausência do primeiro implica a inexistência do segundo (p. 18).

Mas não são apenas estes os pontos pelos quais Herrnstein e Smith são criticados a partir do registo da ciência. O seu desconhecimento da história e, em particular, da história da discriminação da população negra (discutida por Jacqueline Jones e por Orlando Patterson); a referência, em contraponto à visão distópica de um «custodial state» baseado na exclusão e na vigilância da «underclass», a uma versão idílica da comunidade local, capaz de integrar, de forma harmoniosa, as capacidades desiguais dos seus membros, e que ignora o modo como a realização histórica desse ideal assentou em práticas generalizadas de exclusão, de discriminação e de opressão, em particular da população africana-americana; o recurso a fontes e a autores desacreditados cientificamente e ligados ao «racismo científico» e ao eugenismo (Rosen e Lane); o tratamento simplificado e mistificador do tema da desigualdade, sem uma interrogação das condições históricas que levam a que certas diferenças — como as que são atribuídas às características raciais — estejam na origem de práticas de exclusão e de opressão, e outras — como as diferenças de base regional — sejam consideradas irrelevantes, desse ponto de vista (Patterson); a falta de consistência, no plano sociológico, da tese da emergência de uma elite cognitiva (Wolfe); o tratamento

dos «brancos» como um grupo homogéneo e o desconhecimento da história das etnias nos Estados Unidos como uma história de hibridação e de modificação das posições relativas dos diferentes grupos associados a «raças» ou «etnias» (Sowell); o tratamento enviesado e faccioso dos programas sociais e de discriminação positiva e dos seus resultados (Glazer, Pearson) são outros exemplos da fragilidade de *The Bell Curve* como ciência, e que podem ser encontrados tanto em críticos de esquerda como Gould, como em críticos liberais ou mesmo conservadores, como Thomas Sowell.

Um aspecto particularmente interessante abordado por Jacqueline Jones e Orlando Patterson, diz respeito ao modo como a raça — em particular a distinção entre os «negros» e os «outros» — e a classe são erigidos em critérios para o estabelecimento de distinções atribuíveis às diferenças de inteligência. Jones chama a atenção para o facto de a distinção masculino/feminino não ser tratada como um distinção pertinente, a não ser para demonizar as mulheres negras, pobres e que são mães solteiras, mas sem que haja qualquer alusão, por exemplo, à correlação entre diferenças de QI e sexo na informação coligida e discutida por Herrnstein e Murray. Patterson, por sua vez, interroga-se sobre as razões que levam a que outras formas de distinção, baseadas nas diferenças regionais na distribuição do QI — que levariam a considerar, pela mesma ordem de ideias, os habitantes de certos Estados do Sul dos EUA como naturalmente e congenitamente inferiores aos do Nordeste — ou, por exemplo, em atributos físicos como a beleza física — que parece também estar positivamente relacionada com a posição de classe e o sucesso profissional — não são consideradas, ao mesmo título que a raça ou a classe, como possíveis origens das desigualdades. A sua reflexão abre uma interessante discussão sobre a distinção entre os critérios de pertença e de exclusão numa comunidade política, e

sobre os critérios de diferenciação dos cidadãos que, num dado contexto histórico, parece legítimo invocar sem pôr em causa os critérios de pertença e as fronteiras da comunidade.

As críticas a *The Bell Curve* incluídas neste volume não deixam de ser atravessadas por tensões e por equívocos, tais como os que estão na base da contribuição de Martin Peretz. Para Peretz, a defesa da igualdade passa pela negação da pertinência de quaisquer tentativas de definir identidades em relação à pertença a grupos, sejam eles de que natureza forem. Manifestando uma aberta hostilidade — a partir de uma posição liberal — a todas as formas de política da identidade, Peretz acaba por cometer a falácia de negar a importância das diferentes pertenças sociais que estão na origem da construção das subjectividades e identidades dos cidadãos, e parece acreditar na ideia de que a «color blindness» ou outras formas de negação ou neutralização dessa importância permitiriam fazer desaparecer as diferenças e desigualdades que efectivamente emergem na base das constelações de pertenças que definem os sujeitos e as identidades. Esta posição parece dar razão à tese de Murray, segundo a qual o multiculturalismo seria uma maneira de «pôr cada etnia no seu lugar», definindo de maneira clara o lugar dos indivíduos em função da inteligência e das capacidades ligadas à sua herança (genética, presumivelmente). É a este «multiculturalismo discriminatório» (Wieseltier, p. 160) que Murray chama «wise ethnocentrism», uma capacidade de cada grupo reconhecer as diferenças incomensuráveis que o separam de outros e actuar em função delas.

A origem da falácia cometida por Peretz está na ideia de que o multiculturalismo é sempre, necessariamente, gerador de segregação e discriminação, não concebendo, em alternativa, a possibilidade de a diferença *ligar* ou criar conexões. É também esta falácia que leva Peretz a condenar a

discriminação positiva, confundindo a criação de condições para compensar inferioridades com origem histórica que violam o princípio da igualdade de oportunidades e que afectam certas categorias de cidadãos definidos pela própria forma de discriminação que os atinge, com a mera distribuição proporcional de lugares na administração pública, empregos, vagas em estabelecimentos de ensino, etc., em função da distribuição proporcional de «grupos» na sociedade, independentemente dos fundamentos da definição ou auto-definição desses grupos. As consequências perversas desta noção liberal, individualista e a-social da igualdade têm sido objecto de crescente atenção da parte de muitos críticos e cientistas sociais. Tal noção acaba por levar a dar o flanco àqueles que, como Herrnstein e Murray e os que celebram a sua obra, consideram que a defesa da igualdade não é mais do que a negação de diferenças reais que estão necessariamente e naturalmente na origem de desigualdades. Reconhecer e identificar as diferenças, analisar o modo como elas são construídas, as formas de desigualdade a que dão origem e a necessidade, a partir daí, de redefinir conceitos como os de igualdade, cidadania, democracia ou participação, são tarefas urgentes de uma agenda política e intelectual que não pode limitar-se à mera afirmação liberal de que todos são iguais, mas que terá de aprender a lidar com a tensão entre igualdade e diferença e com os modos de a articular politicamente (cf., a este respeito, Nicholson e Seidman, 1995).

Mas são esta diversidade de posições e as tensões que elas revelam em relação com os diferentes modos de «enquadrar» o debate sobre *The Bell Curve* que transformam este pequeno livro numa interessante peça da actual controvérsia em torno das tentativas, por parte de alguns sectores da Nova Direita, de ressuscitar, sob novas formas e com novas cores, o «racismo científico», tentativas que vieram conferir nova respeitabilidade ao eugenismo, à ideologia

da supremacia branca e ao determinismo biológico — hoje com um arsenal renovado, que recorre, em particular, aos avanços do domínio da genética —, e que foi já objecto de importantes análises críticas (veja-se, entre outros, Rose *et al.*, 1990 [1984]; Keller, 1992; Hubbard e Wald, 1993; Lewontin, 1993; Ross, 1994; Shiva e Moser, 1995; Nelkin e Lindee, 1995)⁴. Mas ele é também uma expressão das tensões que atravessam as diferentes respostas dos adversários dessas posições e das dificuldades encontradas por todos os que procuram lidar, nos planos científico e político, nomeadamente, com as manifestações contemporâneas de fenómenos como o racismo, a xenofobia e todas as ideologias justificadoras da desigualdade e da exclusão, que conheceram um novo fôlego durante a década de 1980 e continuam a acompanhar-nos.

João Arriscado Nunes

⁴ Lembrando a oposição da Igreja Católica às medidas de esterilização compulsiva associadas às políticas eugenistas no início do século, Michael Lind avança a intrigante sugestão de que um dos obstáculos à expansão deste novo determinismo biológico poderia, ironicamente, emergir das próprias fileiras da coligação conservadora, em particular dos fundamentalistas cristãos, cuja adesão aos dogmas do criacionismo, e, em especial, à ideia de que todos os seres humanos partilham uma origem comum e a mesma oportunidade de salvação os impediria de aceitar as implicações mais radicais das teses da origem natural das diferenças entre os humanos das várias raças (pp. 177-78)...

Referências Bibliográficas

- Gould, Stephen Jay, 1981, *The Mismeasure of Man*. Harmondsworth: Penguin
- Herrnstein, Richard; Charles Murray, 1994, *The Bell Curve*. New York: Free Press
- Hubbard, Ruth; Elijah Wald, 1993, *Explooding the Gene Myth*. Boston: Beacon Press
- Keller, Evelyn Fox, 1992, «Nature, Nurture and the Human Genome Project», in Daniel Kevles e LeRoy Hood (orgs.), *The Code of Codes: Scientific and Social Issues in the Human Genome Project*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press
- Lewontin, Richard C., 1993, *The Doctrine of DNA: Biology as Ideology*. Harmondsworth: Penguin
- Nelkin, Dorothy; Susan Lindee, 1995, *The DNA Mystique: The Gene as a Cultural Icon*. Nova Iorque: W.H. Freeman
- Nicholson, Linda; Steven Seidman (orgs.), 1995, *Social Postmodernism: Beyond Identity Politics*. Cambridge: Cambridge University Press
- Rose, Steven; Richard C. Lewontin; Leon J. Kamin, 1990, *Not in Our Genes: Biology, Ideology and Human Nature*. Harmondsworth: Penguin [1984]
- Ross, Andrew, 1994, *The Chicago Gangster Theory of Life: Nature's Debt to Society*. London: Verso
- Shiva, Vandana; Ingunn Moser (orgs.), *Biopolitics: A Feminist and Ecological Reader on Biotechnology*. London/New York: Zed Books